

1                   **ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE**  
2                   **RECURSOS HÍDRICOS – CEHIDRO.**

3   Aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, às 08h15min, por  
4   videoconferência, através da plataforma Zoom, ocorreu a 25ª Reunião Extraordinária do  
5   Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: 1.  
6   Conferência de quórum; 2. Aprovação da Ata da 87ª Reunião Ordinária; 3. Apresentação  
7   quanto aos custos de captação de água subterrânea, pela APROFIR; – 30min. 4.  
8   Apresentação do Relatório Final da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas – CTAS  
9   quanto ao solicitado na Notificação Recomendatória nº 002/2020 do MPE; - 30min. 5.  
10  Apresentação do Parecer Técnico n. 02 – CCRH/GASUB/SURH da Coordenadoria de  
11  Controle de Recursos Hídricos - CCRH, acerca da Notificação Recomendatória nº  
12  002/2020; - 30min. 6. Deliberação final acerca da Resolução nº 91, de 13 de abril de 2017:  
13  • Notificação Recomendatória nº 002/2020 – 15ª Promotoria de Justiça Cível de Defesa do  
14  Meio Ambiente Natural da Capital; 7. Informes. A reunião foi presidida pela Secretária  
15  Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos, Sra. Lilian Ferreira dos Santos,  
16  assessorada pelo Secretário Executivo, Sr. Luiz Henrique Magalhães Noquelli e pela Sra.  
17  Danielly Guia da Silva, Secretária do CEHIDRO e registrou a presença dos seguintes  
18  Conselheiros: Sra. Letícia Bertaia, representante da **SES**; Sr. Walter Valverde Junior e Sr.  
19  Carlos Izaltino Bolzan, representantes da **SEDEC**; Sr. Leodenil Alves Duarte, representante  
20  da **SEDUC**; Sr. Jhonatan Barbosa da Silva, representante da **UFMT**; Sr. Francisco Lledo  
21  dos Santos, representante da **UNEMAT**; Sr. José Roberto Ribeiro, representante da **ABAS**;  
22  Sr. Kaio César Dias Bueno e Sr. Evaldo Braz de Figueiredo Junior, representantes da **AMM**;  
23  Sra. Lucélia Denise Perin Avi, representante da **FAMATO**; Sra. Monicke Sant'Anna P. de  
24  Arruda, representante da **FIEMT**; Sr. Marcelus Mesquita, representante do  
25  **SINDENERGIA/MT**; Sra. Alessandra Panizi Souza, representante da **OAB**; Sra. Ingrid Leite  
26  de Oliveira, representante dos **CBH**; Sr. Rodrigo Gomes Bressane, representante do  
27  **IESCBAP**; Sr. Vicente Falcão de Arruda Filho, representante do **Instituto Ação Verde**; Sra.  
28  Inês Martins de Oliveira Alves, representante da **Águas Cuiabá**; Sra. Adryeli Aparecida da  
29  Costa Miranda, representante da **APROFIR**; e, Sra. Patrícia D'Oliveira Marques,  
30  representante da **AQUAMAT**. A Reunião foi aberta pela Sra. Lilian Ferreira dos Santos, que  
31  após cumprimentar a todos delegou para que o Secretário Executivo realiza-se a  
32  conferência de quórum. O Sr. Noquelli informa que a SEMA não está presente nesta  
33  reunião, pois suas representantes no CEHIDRO a Sra. Lorena Moreira Nicochelli, está  
34  grávida e tem consulta médica com seu obstetra e a Sra. Fernanda dos Santos Ferreira



35 encontra-se em usufruto de férias. Após a conferência de *quórum*, fora posta em  
36 deliberação a ata da 87ª Reunião Ordinária do CEHIDRO. Não havendo nenhuma alteração  
37 a Ata da 87ª Reunião Ordinária foi aprovada por unanimidade. Na sequência, passou-se a  
38 palavra ao Sr. Hélio David de Almeida Filho, Eng. Agrícola e Ambiental, convidado da  
39 APROFIR, para que expusesse sua apresentação acerca da “Constituição e custo do  
40 projeto de pivô central com captação por poço”. Abordou em sua apresentação a  
41 constituição básica do sistema de irrigação; os elementos obrigatórios para a captação  
42 subterrânea; apresentou uma simulação para exemplificar; e, concluiu que o sistema de  
43 captação subterrânea exige maior infraestrutura para suprir a demanda de água do  
44 equipamento. Custo esse inexistente nos casos de captação superficial. Os casos onde é  
45 feito captação subterrânea para irrigação, são em sua maioria em propriedades onde não  
46 há disponibilidade hídrica superficial para captação que atenda o projeto apresentado.  
47 Finda a apresentação, o conselheiro José Roberto, representante da ABAS pediu a palavra.  
48 Diz que na verdade o valor do custo da captação de água subterrânea está um pouco  
49 defasado, pois se formos considerar que temos que fazer dois poços um de captação e  
50 outro de monitoramento, conforme a SEMA exige. Então esse custo hoje está saindo mais  
51 de R\$ 2.000,00 o metro de perfuração, e geralmente uma área de 100 hectares vai envolver  
52 dois conjuntos de poços. Conclui dizendo que o custo da captação de água subterrânea é  
53 muito maior do que a captação de água superficial. Que o produtor recorre a perfuração de  
54 poços apenas quando não possui água superficial disponível. O Sr. Hélio diz que até  
55 mesmo o custo dos próprios equipamentos estão um pouco defasados porque esse  
56 levantamento de valores foi feito acerca de dois meses e meio atrás, e teve várias altas no  
57 valor do ferro, cobre e de outras matérias primas. A Sra. Lilian Ferreira pergunta ao Sr.  
58 Hélio se possuem informações quando ao custo das adutoras, porque em geral quando  
59 estamos tratando de locais onde não tem água superficial disponível, tratamos sempre de  
60 custos em relação a construção de adutora. O Sr. Hélio responde que na época em que  
61 realizou a apresentação na CTAS, realizou uma conta em que expos que esse custo da  
62 implantação dos poços e do reservatório fosse convertido em cumprimento de adutora para  
63 poder atender uma captação superficial daria mais de 5km de adutora. E para se equiparar  
64 os custos teria que ser um equipamento, uma adutora maior que 5km e isso é tecnicamente  
65 inviável hoje, principalmente devido a algum tipo de relevo. Após, passou-se ao próximo  
66 item da pauta. A apresentação do Relatório Final da Câmara Técnica de Águas  
67 Subterrâneas – CTAS quanto ao solicitado na Notificação Recomendatória nº 002/2020 do  
68 MPE. A Sra. Cleciani Comelli, Presidente da CTAS, expos que a CT teve quatro reuniões,





69 em que na primeira reunião se discutiu basicamente as questões dos custos que foi  
70 apresentado pelo Sr. Hélio, convidado da APROFIR e consta no relatório final. A CT discutiu  
71 sobre esses custos e ficou algumas dúvidas quanto a questão do pivô, e os membros da  
72 CT solicitaram que fosse retirado da apresentação o equipamento de pivô visto que ele é  
73 comum para as duas captações, tanto a superficial quanto a subterrânea, não fazendo  
74 sentido se apresentar os custos do pivô. Na reunião seguinte foi apresentado a questão  
75 técnica, em que a Sra. Cleciani explicou como funciona a questão do rebaixamento dos  
76 poços, esse bombeamento expressivo visto que não havia um perfil técnico na CT. O Sr  
77 Noquelli, expõe que o art. 20, §3º do Regimento Interno do CEHIDRO disciplina que “Na  
78 composição das Câmaras Técnicas serão consideradas a natureza técnica do assunto de  
79 sua competência, a finalidade dos órgãos ou entidades representadas e a formação técnica  
80 ou o notório saber ambiental de seus membros.” A Sra. Cleciani argumenta que apesar da  
81 CT ter sido composta por pessoas envolvidas no meio ambiental, o tema águas  
82 subterrâneas é um assunto complexo, porque não é uma água visível e o reflexo desse  
83 bombeamento precisa ser compreendido a nível técnico, por isso que foi necessário uma  
84 pequena explanação. Foi solicitado pelos membros da CT que a SEMA apresentasse os  
85 requisitos, os TRs para se conceder ou não uma outorga de água subterrânea para  
86 irrigação. E foi apresentado documento da rotina de análise de processos de irrigação,  
87 quais são os critérios que a SEMA utiliza, quais são os softwares utilizados. Diz que também  
88 foi explicado o quão importante era se avaliar essa situação com relação principalmente as  
89 preocupações do Ministério Público. Expõe que foi perguntado pelo Sr. Ibraim da UFMT  
90 quanto as questões de monitoramento se poderíamos fazer um monitoramento automático  
91 desses poços, e lhe foi explicado que já possuímos esse critério nas análises da SEMA.  
92 Argumenta que a CT girou bastante em torno dos custos, afinal estava tratando do critério  
93 econômico, também do critério técnico e do que a gente precisava para avaliar esses poços.  
94 Foi levantado também a questão do estudo hidrogeológico, que não há em escala  
95 adequada para a tomada de decisão, que nos leva a um criterioso trabalho de análise  
96 desses processos de irrigação, porque eles concorrem com outros usos dentro da mesma  
97 bacia, usos expressivos também e que tem cada vez mais crescido. Mencionamos a  
98 questão da indústria de etanol e a questão do abastecimento público do norte do estado,  
99 que basicamente também concorrem com a água para a irrigação. Expôs que na última  
100 reunião foi posta em votação a decisão final da CTAS quanto a manutenção ou não do  
101 critério econômico, onde tivemos dois votos a favor da retirada do termo, que foi SEMA e  
102 UFMT. As entidades AMM, FAMATO, FIEMT, OAB E APROFIR se manifestaram a favor



103 da manutenção do critério econômico na legislação. E assim a CTAS entrega para o  
104 Conselho Pleno os resultados da CT, por meio do Relatório encaminhado, onde fica claro  
105 que por cinco votos contra dois a CTAS se posiciona contra a retirada do critério econômico.  
106 Após, passou-se ao item 5 da pauta, qual seja, a apresentação do Parecer Técnico n. 02 –  
107 CCRH/GASUB/SURH da Coordenadoria de Controle de Recursos Hídricos - CCRH, acerca  
108 da Notificação Recomendatória nº 002/2020. O Sr. Nédio Carlos Pinheiro, Coordenador de  
109 Controle de Recursos Hídricos, deu início a apresentação dizendo que seria breve, que  
110 faria um endosso daquilo já apresentado pela Sra. Cleciani. Recorda aos conselheiros que  
111 essa Notificação Recomendatória advém do Ministério Público Estadual, que entende que  
112 o termo econômico poderia ser um critério que a SEMA, por exemplo, utilizaria para a  
113 liberação de uma outorga de captação de água subterrânea. Esclarece que a SEMA não  
114 leva em consideração isso, argumenta que o órgão é técnico, responsável pela gestão das  
115 águas subterrâneas, então sempre irá prevalecer o escopo técnico, a proteção das águas  
116 subterrâneas, que é uma água que não é vista em relação a água superficial, mas  
117 ultimamente está sofrendo uma pressão enorme nas captações cada vez mais crescentes.  
118 Destaca que o desenvolvimento do estado está baseado em água, o avanço hoje das  
119 culturas na agricultura está baseado em água. Argumenta que muitos requerem mais do  
120 que necessitam, e aí entra a SEMA nessa nota recomendatória. Diz que o Parecer Técnico  
121 n. 02 – CCRH/GASUB/SURH foi apresentado na CTAS para se encerrar as discussões,  
122 pois nas reuniões da CT o assunto estudos hidrogeológicos estava recorrente e aí estavam  
123 dando voltas. Expôs que o Parecer Técnico n. 02 – CCRH/GASUB/SURH teve o objetivo  
124 de mostrar aos conselheiros que para a SEMA, para o corpo técnico da gestão das águas  
125 subterrâneas não faria diferença nenhuma a retirada ou não do termo econômico, porque  
126 daremos ênfase a questão ambiental, mas como é uma propositura do MPE, defendemos  
127 a retirada do termo econômico. Esclarece que o Parecer Técnico foi só para dizer que o  
128 critério econômico está na legislação, mas o corpo técnico não leva em consideração,  
129 inclusive o Hélio, convidado da APROFIR comprovou que o custo da captação de água  
130 subterrânea é muito maior. Então, o empreendedor hoje procura a captação subterrânea  
131 quando não tem disponibilidade e não porque é mais barata. Diz que em anexo ao Parecer  
132 Técnico n. 02 – CCRH/GASUB/SURH consta a Lei nº 9.612/2011, que dispõe sobre a  
133 administração e a conservação das águas subterrâneas no estado, em que o corpo técnico  
134 da SEMA pauta em suas análises os aspectos ambientais, inclusive destaca-se o art. 9º  
135 que fala sobre autorização de perfuração de poços em empreendimentos consumidores de  
136 elevados volumes de águas subterrâneas, que aí subentende-se ser aqueles para irrigação





137 e para a crescente nova demanda das usinas de etanol. Destaca que a SEMA possui  
138 ferramentas dentro da legislação própria, que traz segurança e protege para que se tenha  
139 mais cuidado com as águas subterrâneas, não levando para o aspecto econômico. Ressalta  
140 que a legislação, a lei específica nº 9.612/2011, é suficiente bem mais que a resolução,  
141 para fortalecer a equipe técnica da SEMA a realizar as análises baseadas nos critérios  
142 técnicos e ambientais. Esclarece que essa demanda veio do MPE e não da SEMA, que  
143 quando da alteração da Resolução n. 61 pela Resolução n. 91 a SEMA havia proposto  
144 apenas os critérios técnico e ambiental e o Conselho Pleno do CEHIDRO decidiu incluir o  
145 critério econômico, contrariando a proposta do corpo técnico da SEMA. Destaca que o  
146 critério econômico não é preponderante nas decisões da SEMA. Finda a apresentação, fora  
147 posta em discussão o solicitado na Notificação Recomendatória nº 002/2020. O conselheiro  
148 José Roberto, representante da ABAS pediu a palavra. No entanto, teve problemas com a  
149 conexão. Então passou-se a palavra ao conselheiro Francisco Lledo, representante da  
150 UNEMAT. Que cumprimentando a todos disse que faria um resumo daquilo que foi  
151 apresentado. Diz que pela apresentação do Sr. Hélio ficou claro que o critério econômico  
152 não é o fator determinante para escolha da alocação ou não de poços subterrâneos em  
153 detrimento a possibilidade de adução, seja na propriedade ou em outras próximas. Aliado  
154 a isso a SEMA e a UFMT, que são técnicos se manifestam que a retirada ou não do critério  
155 econômico não faria diferença, pois não é fator determinante. A SEMA e a UFMT se  
156 manifestam na CT pela retirada do critério econômico e se tem os demais órgãos contra a  
157 retirada do termo. Aí temos o fator que é o Poder Público, notório saber e defensor, que  
158 são os curadores através da Promotora e seus representantes pedindo para os  
159 conselheiros retirar a palavra econômica. A SEMA vai continuar fazendo avaliação técnica  
160 do fato. Finaliza se posicionando contrário ao parecer da CTAS e votando a favor da retirada  
161 do critério econômico, uma vez que não trará prejuízo a ninguém. O conselheiro José  
162 Roberto, representante da ABAS pede a palavra. Faz observações sobre a proposição do  
163 MPE, que se baseava em dois argumentos principais, que é a questão dos custos e a  
164 salinidade da água subterrânea que poderia estar comprometendo e causando  
165 contaminação. Disse que ficou bem claro que o critério econômico não interfere nas  
166 análises da SEMA, que possuem critérios técnicos bem robustos. Diz conhecer outros  
167 estados que não tem essa exigência tão grande como existe aqui no estado. Argumenta  
168 que o que falta é a gente evoluir e discutir soluções para que se conheça melhor a hidrologia  
169 do estado, principalmente a região do Parecis. Propõe que a Universidade encampasse  
170 esse projeto juntamente com outras entidades que têm interesse no assunto, como



171 APROSOJA, APROFIR, com certeza se eles fossem convidados poderiam contribuir e  
172 contratar uma empresa uma consultoria para desenvolver o mais urgente possível um  
173 estudo da área objeto, que seria a Bacia do Parecis que é o mais forte impacto hoje  
174 existente. E em curto espaço de tempo, devido à grande disponibilidade de dados, poderia  
175 nos dar informações, conclusões importantes sobre o potencial do nosso reservatório.  
176 Informa os conselheiros que no mundo inteiro se faz irrigação utilizando água subterrânea  
177 porque a água subterrânea é um grande reservatório de água doce da Terra, e ele bem  
178 utilizado pode trazer vantagens competitivas para o estado e para o Brasil de modo geral.  
179 Argumenta que a irrigação tem uma capacidade de agregar valor muito forte e não pode  
180 ser desprezada em nenhum momento e não podemos restringir com muita força essa  
181 atividade sob pena de termos aí consequências futuras e ficarmos atrasados em relação a  
182 outros países. Hoje se fala muito, e será tema do congresso da ABAS que ocorrerá no ano  
183 que vem, a questão de recarga dos aquíferos. Destaca que não podemos criar restrições  
184 que possam impedir o desenvolvimento agrícola, agropecuário no estado de Mato Grosso.  
185 Defende a urgência em se buscar uma solução para tratar todos os dados que temos e a  
186 SEMA não reuni as condições para isso. Diz achar que se precisa contratar uma consultoria  
187 urgente para se tratar disso e em pouco tempo nós poderíamos ter resultados para tomar  
188 decisões técnicas mais adequadas para esse assunto. Após, a conselheira Ingrid Leite,  
189 representante dos CBH pede a palavra. Diz que esse assunto tem se mostrado bastante  
190 relevante nas discussões do CEHIDRO e salienta alguns pontos, diz que olhando a nota  
191 técnica, que é bastante robusta, da equipe de outorga da SEMA que baliza como é feito o  
192 processo de outorga, existem pré-requisitos para sejam cumpridos. Defende que é preciso  
193 pensar, como dito pelo Sr. José Roberto, estamos como se fosse no obscuro porque  
194 existem as demandas, mas existem também diversos pontos em que estão batendo a  
195 nossa porta, que são além das mudanças climáticas, toda essa mudança no cenário e que  
196 nós temos a disponibilidade de quantidade e qualidade de água e nós não temos uma visão  
197 nítida, estudos, não temos o que poderia balizar nossa discussão aqui um mapeamento do  
198 que já tem outorgado, porque segundo apresentação da CT é bastante caro fazer a  
199 captação, mas vai ser mais caro se a gente não tiver um estudo robusto, ou pelo menos  
200 agora o que poderia ser apresentado para contribuir na tomada de decisões é esse  
201 mapeamento de quanto já existe de poços que estão sendo utilizados. Diz que essa decisão  
202 deve ser bem pensada, se tiver termo econômico como a gente garante que todas as vezes  
203 que alguém for outorgar não vai dizer que é só pela garantia que está no termo econômico.  
204 Como se vai outorgar algo que não sabemos quanto tem, apesar de ter alguns estudos que





205 apontam para a diminuição da infiltração e a perda da massa da água, e se ela perde  
206 superficialmente com certeza de forma subterrânea ela também se perde. Enfatiza a  
207 importância de se pensar o que já tem, quanto se tem o quanto já utilizamos. Na sequência,  
208 passou-se a palavra a conselheira Adryeli Miranda, representante da APROFIR.  
209 Inicialmente dirigiu a palavra ao conselheiro José Roberto, disse que quanto aos estudos  
210 já foram feitas várias reuniões, até mesmo com a Lilian e o Noquelli, a respeito. Diz terem  
211 interesse, destacou que o custo é altíssimo e hoje a APROFIR não possui o valor total a  
212 dispendido para esse tipo de estudo. Diz que já existe tratativas entre a ANA e a SEMA, a  
213 possibilidade de se começar um estudo pela região de Primavera que é um polo de  
214 irrigação. Destaca que nas reuniões é sempre pontuado que os associados, os produtores  
215 em geral, não têm como querer só instalar pivô ou utilizar-se de água indiscriminadamente  
216 ele tem que estar pautado e estar seguro desse uso, desse investimento. Destaca que  
217 como foi observado na apresentação do Sr. Hélio, se fazer um investimento em pivô, se  
218 indeferindo se a captação é superficial ou subterrânea, é um investimento muito alto, então  
219 é um risco muito alto para o produtor querer fazer isso sem a segurança de ter água. Diz  
220 serem interessados na realização dos estudos, mas que sempre se esbarra nessa questão  
221 da falta de recursos, que é a mesma questão que a SEMA enfrenta, que o estado todo  
222 enfrenta. Pontua a capacidade que a irrigação traz para o estado em agregar crescimento,  
223 agregar novas culturas. Algumas culturas só funcionam em baixo de pivô. Destaca que  
224 somos o estado da soja, mas também somos o estado que tem cada vez mais verticalizado  
225 a agricultura e esse é o principal ponto para o crescimento e desenvolvimento não só do  
226 estado, mas do país. Diz que antigamente se tinha um estado que produzia apenas duas  
227 safras e hoje em dia se produz até quatro safras, que é um benefício de quem tem um pivô  
228 instalado em sua propriedade. Enfatiza que isso não agrega só para o produtor, mas sim  
229 para o estado, porque você recolhe mais impostos, gera mais empregos, aumenta a  
230 produção e conseqüentemente a exportação. Defende a necessidade dos estudos, mas  
231 também a necessidade de se manter o tripé de critérios de análise, ou seja, os critérios  
232 técnico, ambiental e econômico. Argumenta que a suspensão desses usos ou de novas  
233 liberações, estaríamos falando da diminuição do crescimento, com certeza estaríamos  
234 impactando na geração de empregos e até mesmo gerando desemprego. Pontua que a  
235 partir do momento que em uma CT foi estudado e demonstrado pela própria Secretaria,  
236 que é uma Secretaria séria, que antes da liberação de qualquer outorga é necessário se  
237 passar por um processo muito rigoroso de análise, diz que não pode acreditar que o critério  
238 econômico inserido na legislação em 2017 seja tão prejudicial ao meio ambiente. Defende



239 a necessidade da manutenção do critério econômico. Após, passou-se a palavra a Sra.  
240 Solange Arrolho, da UNEMAT e Presidente do CBH do Baixo Teles Pires. Diz que concorda  
241 com as falas, mas que vê que temos vários estudos, como falado pela Ingrid, que apontam  
242 para a necessidade de sabermos o que têm disponível de água para que seja usada. Não  
243 terá nada de econômico se verificado que se continuar na situação em que está a retirada  
244 de água subterrânea para irrigação, se tirando essa água e a trazendo para cima e  
245 mudando a qualidade dessa água, uma vez que se sabe que existem vários compostos que  
246 são colocados na água através dessas grandes produções e que não estamos fazendo  
247 esse monitoramento desse retorno para os aquíferos. Enfatiza que existem trabalhos, tanto  
248 no mestrado em recursos hídricos da UNEMAT, como no mestrado em recursos hídricos  
249 da UFMT, tanto pelos professores como pelos acadêmicos, com produtos muito  
250 substanciais que devem ser levados em consideração tanto na parte ambiental, como na  
251 parte econômica. Mencionou o trabalho da Lorena, que diz bem isso, a utilização. Diz que  
252 temos que pensar que não é só a retirada dessa água subterrânea para a utilização, mas  
253 é a transformação dessa água e a transformação de todo um ciclo hídrico. Destaca a  
254 importância de se aprofundar as discussões no nível ambiental, diz que a SEMA tem  
255 profissionais capacitados também para isso e que os parceiros, como UNEMAT, UFMT tem  
256 plenas condições de estarem ajudando nesse processo de repensar a utilização dos nossos  
257 recursos hídricos. Após, passou-se a palavra ao conselheiro José Roberto. Que diz  
258 acreditar que existam profissionais especializados na área de recursos hídricos no estado,  
259 o que falta é uma gestão para reunir esses profissionais e tentar montar um projeto urgente,  
260 com custos e tudo mais, para poder entrar nesse mapeamento hidrogeológico de uma área  
261 de maior impacto, que hoje seria a Bacia do Parecis, mas que poderia ser desenvolvida em  
262 outras bacias também. Argumenta que os recursos que a SEMA tem hoje poderia uma  
263 parte ser destinada para isso. Dando o ponta pé inicial, porque a grande dificuldade e o  
264 maior custo que existe no mapeamento hidrogeológico são as informações. E hoje temos  
265 muitas informações para se trabalhar, então seria trabalhar mais a massa crítica, não  
266 necessitaria de muito trabalho de campo a nível de se perfurar poços de monitoramento  
267 para conhecer. Temos que trabalhar as informações que a SEMA já dispõe, e poderia  
268 disponibilizar com o apoio do governo federal, da UNEMAT e de outras instituições que  
269 tenham interesse direto no assunto. Diz não achar que seja um preço absurdo, e se  
270 compromete a buscar uma empresa de consultoria para apresentar na próxima reunião.  
271 Defende que o ideal seria a SEMA fazer um termo de referência para que possamos estar  
272 licitando isso. A presidente, Lilian Ferreira, responde que a SEMA possui uma iniciativa em





273 andamento, que é uma parceria com o MDR. Expõe que foi instalado em Primavera do  
274 Leste um polo de desenvolvimento sustentável, chamado de Polo de Irrigação Sustentável  
275 do Sul de Mato Grosso. E tem acontecido reuniões periódicas com o MDR, a APROFIR  
276 também tem participado das reuniões. Destaca que a SEMA tem buscado recursos para  
277 fazer um levantamento em relação ao potencial de água subterrânea no estado. Argumenta  
278 que temos projeto o que falta é recursos suficientes disponível, mas a SEMA não deixou de  
279 buscar por recursos para a realização desse projeto. O Secretário Executivo, Noquelli,  
280 salienta que a SEMA continua com as tratativas junto ao MDR para que eles banquem os  
281 estudos hidrogeológicos do estado de Mato Grosso. Diz que a SEMA teve um sinal positivo  
282 pelo MDR, mas em função da reestruturação que aconteceu no MDR, somente no ano de  
283 2021 que esse processo vai caminhar dentro do MDR. Acredita que no próximo ano teremos  
284 um vislumbre positivo em relação a isso e diz que a SEMA vai buscar outras formas. Após,  
285 passou-se a palavra ao conselheiro Marcelus Mesquita, representante do SINDENERGIA.  
286 Complementando o exposto pelo Sr. Noquelli, diz que é o primeiro passo que o Mato Grosso  
287 está dando, diz que tivemos uma explanação do presidente da ABAS sobre o potencial  
288 hídrico de água doce subterrânea, aonde lhe parece que a água superficial é 2% e 98% é  
289 água subterrânea. Argumenta que é uma enormidade que tem que ser utilizada, e quando  
290 nós dispensamos isso fazendo relação com escassez hídrica neste momento, nós não  
291 sabemos o que está lá em baixo e não sabendo e tendo esse potencial nós precisamos  
292 utilizar. Argumenta que aí a academia, tanto a UNEMAT como a UFMT têm que participar,  
293 como dito pela professora Solange. E havendo uma parceria da SEMA com essas duas  
294 instituições, Mato Grosso segue avante, porque nós seremos referência. Mato Grosso tem  
295 potencial não só para a soja, mas também para outras culturas como trigo, algodão,  
296 amendoim e tantas outras. Nós precisamos ocupar isso com irrigação. Na sequência,  
297 passou-se a palavra ao conselheiro Walter Valverde, representante da SEDEC.  
298 Cumprimentando a todos, diz que a SEDEC está tendo algumas reuniões com Rogério  
299 Marinho, que é o Ministro do MDR, onde é discutido o Sudam FNO, o FCO e na última  
300 reunião da qual o nosso governador participou, foi falado sobre o marco regulatório do  
301 saneamento. Argumenta que estamos em um momento em que bem provocado o MDR,  
302 inclusive ele já começou um trabalho, e esse trabalho está sendo acompanhado pela  
303 SEDEC desde o ano passado. E é uma questão que o Roberto e a Adryeli levantaram, que  
304 é os setores que utilizam desse potencial hídrico e que têm a prerrogativa de transformar  
305 isso em riqueza para o estado, em riqueza para as pessoas, nós temos que acompanhar.  
306 Coloca a SEDEC a disposição para organizar, provocar reuniões do setor com interesse



307 para a gente fazer um desenvolvimento econômico sustentável. Argumenta que dentro da  
308 sua adjunta trabalha com investimento, inovação e sustentabilidade, então diz achar que é  
309 o caminho que a nossa agricultura vai ter que fazer. Diz que a escala da agricultura não lhe  
310 interessa, diz que temos que produzir. Diz que na semana passada a FIENT recebeu um  
311 empresário do Paraná, que tem tecnologia de placas solares para retirar água do subsolo,  
312 e isso em uma pequena propriedade alavanca em muito a nossa agricultura, a nossa  
313 diversificação, a nossa agroindustrialização, porque se pensarmos em agroindustrialização  
314 nós precisamos que produtos sejam introduzidos não sazonalmente e sim constantemente.  
315 Então, a irrigação é uma das maneiras da gente manter a produção desses produtos que  
316 serão industrializados aqui no nosso estado. Adianta que irá acompanhar a CT, vota pela  
317 manutenção da redação da Resolução nº 91. Após, o Sr. Noquelli respondendo à pergunta  
318 feita pela conselheira Ingrid, pelo chat, diz que a conselheira Adryeli, que está bem à frente  
319 das discussões, pode estar apresentando aqui nas reuniões do CEHIDRO. Diz que a SEMA  
320 se compromete em estar divulgando aos conselheiros como isso está acontecendo. O  
321 conselheiro José Roberto pergunta se já se levantou os custos da realização do estudo  
322 hidrogeológico no estado de Mato Grosso. A conselheira Adryeli responde que a primeira  
323 etapa do estudo envolveria água superficial do estado inteiro, diz que não possui a planilha  
324 neste momento, mas se compromete em trazer na próxima reunião o orçamento feito pela  
325 APROFIR. Diz que o orçamento foi feito com o pessoal da Universidade de Viçosa, que  
326 realizaram os estudos na Bahia. Explica que haveria uma possibilidade de parceria com o  
327 pessoal da UFMT, viriam pessoas trabalhar com a equipe da SEMA para que o trabalho  
328 fosse em conjunto. Diz que a ideia em nenhum momento foi o estudo privado da APROFIR,  
329 mas sim um estudo que a gente pudesse tentar custear e o estado trabalhar junto. Na época  
330 essa possibilidade de estudo do estado ficou em torno de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões  
331 e oitocentos mil reais), só a parte superficial sem a parte subterrânea. O conselheiro José  
332 Roberto argumenta que o estudo deve ser feito com a água subterrânea, apesar da água  
333 ser integrada. Diz que temos que trabalhar qual é a reserva de água subterrânea que temos  
334 hoje nas bacias isoladamente, quanto nós podemos explorar dessa água sem comprometer  
335 a sua qualidade e quantidade em volume, qual é a taxa de recarga. Diz que os dados que  
336 a SEMA dispõe facilita muito esse estudo. Defende que esse valor é irrisório diante de um  
337 estudo dessa natureza. Argumenta que esse estudo auxiliaria na tomada de decisão e na  
338 resolução de conflitos da água. Diz que a Universidade de Viçosa é famosa por estudos na  
339 área agrícola, mas que ela não tem nenhuma expertise em águas subterrâneas, não tem  
340 nenhum centro especializado. Diz ter muito contato com o pessoal da USP, que lá possuem





341 um centro especializado em águas subterrâneas, o CEPA, que é reconhecido  
342 mundialmente. Diz que talvez eles possam auxiliar nesses estudos, juntamente com a  
343 UFMT e UNEMAT, trazendo bastante conhecimento para o nosso estado. Pontua que o  
344 importante seria a SEMA fazer um termo de referência para a realização do estudo na Bacia  
345 do Parecis, que é a zona de maior conflito em água subterrânea no estado. A conselheira  
346 Adryeli pontua que até concorda com o conselheiro José Roberto, porém, o valor é um tanto  
347 elevado para uma associação tão pequena ainda. Argumenta que há esforços, diz que a  
348 ideia da criação do Polo de Irrigação Sustentável começou com Primavera, já é justamente  
349 um passo da APROFIR puxando o governo para estar com a gente. Destaca que são  
350 passos importantes, diz que há projetos para a implantação de novos Polos nas regiões de  
351 Campo Novo e Sorriso, que são regiões consideradas críticas. Ressalta que a falta de  
352 dinheiro é o grande empecilho, tanto por parte da Associação, quanto do governo do estado  
353 e até mesmo da ANA. A Presidente, Lilian Ferreira, destaca que nesse ponto acredita que  
354 todos temos a mesma preocupação, não só em relação as questões ambientais, mas em  
355 relação a conservação da viabilidade do recurso. Argumenta que Mato Grosso é um estado  
356 potencialmente agrícola, principalmente agrícola, então sabemos que se não houver água  
357 que é fonte de vida e de produção, pois não temos como produzir alimentos sem água.  
358 Destaca que os conflitos têm surgido mais rápido do que se imaginava, então os estudos  
359 são necessários. Pontua que há várias iniciativas acontecendo ao mesmo tempo, como a  
360 Adryeli disse a APROFIR tem trabalhado pra isso. Diz que a instalação desse Polo de  
361 Irrigação foi muito importante, foi em uma área onde já existe conflito, e isso tem sido  
362 observado, assim como outras áreas do estado que também tem apresentado problemas  
363 de abastecimento, inclusive abastecimento humano. Existem conflitos entre áreas de  
364 irrigação, áreas de geração de energia elétrica. Então, nós sabemos a necessidade que  
365 sejam feitos esses estudos e temos buscado parcerias em recursos para isso. Na  
366 sequência, a Presidente pergunta se há algum representante do MPE acompanhando a  
367 reunião, tendo em vista que a Sra. Promotora de Justiça, Ana Luiza Peterlini, confirmou sua  
368 presença na presente reunião. Não houve nenhuma manifestação, então fora colocada em  
369 votação a retirada ou não do critério econômico da Resolução nº 91/2017. Votaram a favor  
370 da retirada do critério econômico: SEDUC; UFMT; UNEMAT; e, CBH. Votaram pela  
371 manutenção do critério econômico: SES; SEDEC; ABAS; AMM; FAMATO; FIEMT;  
372 SINDENERGIA; OAB; IESCBAP; APROFIR e AQUAMAT. A SEMA com abstenção em  
373 razão da ausência de suas representantes no CEHIDRO. Sendo assim, pela maioria dos  
374 votos a Resolução nº 91/2017 permanece sem nenhuma alteração. Por fim, passou-se ao



375 último item da pauta. O Secretário Executivo informa que foi solicitado pelo FONASC um  
376 posicionamento de por que os estudos dos empreendimentos hidrelétricos na Bacia do Alto  
377 Paraguai não estão compondo o Plano da Bacia Hidrográfica da P2/P3 do Alto e Médio  
378 Paraguai, que não tem nada a ver com o assunto tratado hoje, mas em resposta diz que já  
379 foi encaminhada resposta a esse questionamento pela Professora da UFMT e  
380 Coordenadora do Projeto, Luciana Sanches, de que será incorporado na próxima etapa do  
381 Plano que é o Plano de Ações. Diz que inclusive esse Prognóstico foi finalizado na semana  
382 passada, contando com a participação de muitos conselheiros do CEHIDRO que participam  
383 do Grupo de Acompanhamento do Plano - GAE. O conselheiro Marcelus Mesquita pergunta  
384 a respeito do calendário de reuniões do CEHIDRO para o ano de 2021. A Presidente  
385 responde que o calendário de reuniões ordinárias do ano de 2021 foi aprovado na 87ª  
386 Reunião Ordinária do Conselho e já foi publicada no Diário Oficial do Estado. Nada mais  
387 havendo a declarar a Sra. Lilian Ferreira dos Santos encerrou a reunião às 09h50min e eu,  
388 Danielly Guia da Silva, lavrei esta ATA que será assinada pela Presidente e pelo Secretário  
389 Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

390

391

392

393

394

395

396



---

**MAUREN LAZZARETTI**  
Presidente do CEHIDRO



---

**LUIZ HENRIQUE MAGALHÃES NOQUELLI**  
Secretário Executivo do CEHIDRO